

A carta dos CEM's ao MDN



Caiu que nem uma bomba, pelo menos nos meios de comunicação social, a carta que os Chefes de Estado-Maior entregaram ao Ministro da Defesa Nacional, sobre a questão do número de efetivos a incorporar, aprovados pelo governo para 2018.

Mas, como diz o povo, foi *muita parra e pouca uva*.

Segundo a notícia veiculada pelo Expresso, os Chefes Militares consideraram que o número de Militares a incorporar em 2018 é muito curto, e na missiva entregue disseram ao MDN que o número exigível seria de 620...

Independentemente de ter havido, ou não, *re-gateio* quanto ao número a incorporar, o que fica desta história é a pouca convicção que os Chefes Militares puseram na carta enviada ao MDN.

Assim que veio ao conhecimento público a entrega da missiva, os Chefes Militares aprontaram-se a afirmar que, mesmo sendo o número aprovado pelo governo levada a cabo, a incorporação de 200 Militares, "*não esteve, não está, nem estará em causa o cumprimento das missões das Forças Armadas*".

Então se o número de 620 Militares, proposto pelos Chefes Militares, seria o ideal para garantir as missões previstas, sendo dado a entender que não sendo mais do que 200 poderiam ocorrer vários problemas, e se esse número foi negado pelo governo reduzindo-o em 400, porque razão o cumprimento das missões não ficará em causa?

É necessário que os Chefes Militares clarifiquem qual ou quais as missões que podem ser postas em causa, com o número de incorporados decidido pelo governo.

Sabendo de antemão que este ano as Forças Armadas têm mais missões para cumprir: a limpeza das matas e o apoio no combate aos fogos.

Agora, também gostaríamos de ver os Chefes Militares a entregar missivas ao Ministro da Defesa Nacional sobre outros assuntos, como o novo Regulamento de Avaliação, com todas as entropias que nele constam e que não vemos vontade de as eliminar, a questão do IAS-FA e do ADM, a regulamentação e consequente atribuição de funções ao posto de Cabo-Mor, etc.